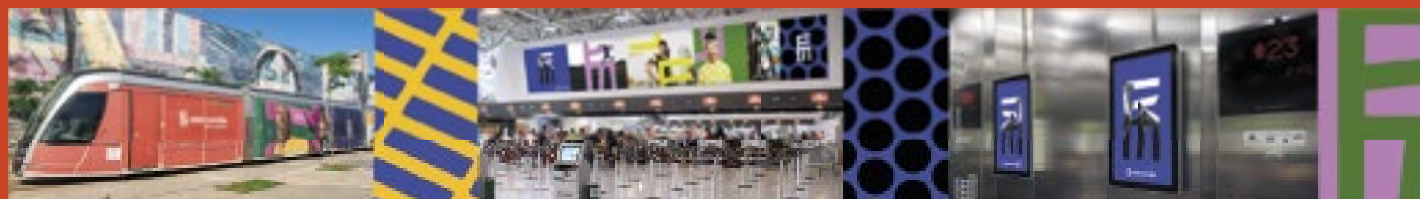


# Eletromidia

Eletromidia S.A.  
CNPJ nº 09.347.516/0001-81



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Mensagem da Administração:** No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Eletromidia S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações aqui contidas nesse documento devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros e os comentários abordam os resultados consolidados da Companhia para o exercício de 2022 e as comparações são relativas ao exercício findo em 2022. Apesar de um começo de ano ainda impactado pelas consequências do isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 como cancelamento do Carnaval 2022, a retomada de grandes eventos trouxe de volta a vida às cidades e aumentou o fluxo de público nas ruas. Envolvendo a importância da publicidade e a visibilidade das marcas anunciadas. Ao longo de 2022, estivemos em grandes festivais de música como Lollapalooza, Rock in Rio, e com projetos de eventos como a Copa do Mundo. Aceleramos e apresentamos crescimento de 92% em Receita Líquida e 190% no EBITDA Ajustado quando comparado ao ano de 2021, resultado de nossa avançadíssima operacional, aliada ao crescimento sustentável e captura de oportunidades de aquisições. Nosso desempenho pode ser observado também quando comparamos o crescimento de 35,4% pro-forma (considerando os números da OOH em 2021), 7,2p.p. superior ao do mercado de OOH. Elevando assim também a Participação de nossa modalidade em 1,6p.p., atingindo share de 10,2% do total de investimentos medidos pelo Cenp Meios 2022. Nosso resultado demonstra a importância de inovar e operar com excelência, reforçando o OOH como um meio de comunicação efetivo e capaz de alcançar uma grande audiência em locais de grande circulação.

### Resultados Financeiros e Operacionais Consolidados:

	4T22	4T21	Δ RS	Δ %	2022	2021	Δ RS	Δ %
<b>Receita Bruta</b>	<b>294.418</b>	<b>204.165</b>	<b>90.253</b>	<b>44,2%</b>	<b>874.340</b>	<b>487.953</b>	<b>386.387</b>	<b>79,2%</b>
(-) Impostos sobre Vendas	(11.534)	(22.291)	10.757	48,3%	(41.612)	(55.913)	14.301	25,6%
(-) Cancelamentos & Deduções	(8.343)	(7.629)	(714)	-9,4%	(32.750)	(16.342)	(16.408)	-100,4%
<b>Receita Líquida</b>	<b>274.539</b>	<b>174.245</b>	<b>100.294</b>	<b>57,6%</b>	<b>799.978</b>	<b>415.698</b>	<b>384.280</b>	<b>92,4%</b>
(-) Custos Serviços Prestados	(127.413)	(141.185)	13.772	9,8%	(476.670)	(286.248)	(190.422)	-66,5%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>147.126</b>	<b>33.060</b>	<b>114.066</b>	<b>345,0%</b>	<b>323.308</b>	<b>129.450</b>	<b>193.858</b>	<b>149,8%</b>
Margem Bruta	53,6%	19,0%	+34,6 p.p.	40,4%	31,1%	9,3 p.p.		
(-) Pessoal, Gerais & Administrativas	(50.793)	14.916	(65.709)	-440,5%	(171.519)	(94.647)	(76.872)	-81,2%
(-) Outras	(4.164)	(2.746)	(1.418)	-51,6%	(17.801)	(10.596)	(7.205)	-68,0%
(+) Outras receitas (despesas), líquidas	3.889	(4.917)	8.806	179,1%	433	(15.094)	15.527	102,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	(28.149)	(7.199)	(20.950)	-291,0%	(89.084)	(25.408)	(63.676)	-250,6%
<b>Lucro Antes dos Impostos</b>	<b>67.909</b>	<b>33.114</b>	<b>34.795</b>	<b>105,1%</b>	<b>45.337</b>	<b>(16.295)</b>	<b>61.632</b>	<b>378,2%</b>
(+) IRPJ & CSLL	(2.365)	(17.292)	14.927	86,3%	6.073	4.816	1.257	26,1%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>65.544</b>	<b>15.822</b>	<b>49.722</b>	<b>314,3%</b>	<b>51.410</b>	<b>(11.479)</b>	<b>62.889</b>	<b>547,9%</b>
Margem Líquida	23,9%	9,1%	+14,8 p.p.	6,4%	-2,8%	+9,2 p.p.		

Durante ano de 2022, a Receita Bruta totalizou R\$874 milhões, o que representa um aumento de R\$386 milhões ou 79% em relação ao mesmo período de 2021. Esse avanço pode ser atribuído em grande parte ao aumento das vendas, impulsionado pelo desempenho favorável da vertente de ruas com a consolidação dos investimentos feitos no ano, além do desempenho de edifícios e shoppings. No ano de 2022, a linha de Custos totalizou R\$476,7 milhões, aumento de 66,5% sobre os doze meses de 2021. O aumento observado em 2022 é sobretudo atribuído ao aumento da receita, consolidação dos números da empresa Olima além da reclassificação dos saldos da Depreciação e Amortização, conforme mencionado anteriormente. Durante 2022, o Lucro Bruto totalizou R\$323,3 milhões, com um aumento de 149,8% em relação a 2021. O aumento na receita foi o principal fator que contribuiu para esse crescimento. Além disso, a empresa obteve uma Margem Bruta de 53,6% e 40,4% no 4T22 e em 2022, respectivamente.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021					
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	6	65.495	530.242	168.821	580.182				
Contas a receber	7	79.479	78.624	196.320	129.515				
Adiantamentos	8	7.699	3.053	9.241	21.501				
Tributos a recuperar	9	7.673	5.548	15.610	23.305				
Despesas antecipadas	10	4.292	1.032	5.797	3.037				
Dividendos a receber	36	988	4.055	-	-				
Partes relacionadas	26	-	-	-	1.209				
Instrumentos financeiros - derivativos	33	8.880	-	8.880	-				
Outros créditos	1	1.643	1.646	6.158	1.869				
		<b>176.149</b>	<b>624.200</b>	<b>410.827</b>	<b>742.348</b>				
<b>Não circulante</b>									
Realizável a longo prazo									
Aplicações financeiras restritas	11	29.966	32.129	29.966	32.129				
Partes relacionadas	26	40.885	4.966	-	-				
Depósitos judiciais	12	2.470	2.666	3.234	3.374				
Tributos diferidos	31	61.119	47.630	102.283	62.800				
Outros créditos		-	-	9.924	14				
Despesas antecipadas	10	366	463	715	514				
Adiantamentos	8	7.800	10.142	7.800	10.142				
Investimentos	13	1.080.314	622.594	-	-				
Imobilizado	14	81.357	85.593	328.359	175.348				
Direito de uso	16	1.309	1.760	9.303	4.297				
Intangível	15	106.339	110.518	1.155.623	598.150				
		<b>1.411.925</b>	<b>918.461</b>	<b>1.647.207</b>	<b>886.768</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.588.074</b>	<b>1.542.661</b>	<b>2.058.034</b>	<b>1.629.116</b>				
		As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas							
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	17	50.069	66.893	134.853	104.835				
Debêntures	18	151.005	147.022	151.005	147.022				
Empréstimos e financiamentos	19	100.596	-	129.919	-				
Passivo de arrendamento	16	812	1.040	2.996	2.964				
Obrigações trabalhistas	20	15.906	11.861	33.009	21.826				
Obrigações tributárias	21	2.800	2.721	7.037	24.678				
Adiantamentos de clientes		1.042	143	1.886	143				
Receitas antecipadas	22	55.328	33.819	59.529	38.581				
Contas a pagar por aquisição de empresa	23	7.500	4.836	28.804	6.232				
Outras obrigações	24	834	795	6.014	795				
		<b>385.892</b>	<b>269.130</b>	<b>555.052</b>	<b>347.076</b>				
<b>Não circulante</b>									
Debêntures	18	326.484	456.921	326.484	456.921				
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	76.552	-				
Passivo de arrendamento	16	565	780	6.556	1.580				
Obrigações tributárias	21	2.471	3.391	6.696	8.323				
Contas a pagar por aquisição de empresa	23	25.942	29.743	61.354	35.411				
Provisão para ações judiciais	25	2.983	2.329	9.238	9.858				
Obrigações com partes relacionadas	26	34.008	11.335	-	-				
Provisão para perda com investimento	13	5.688	-	-	-				
Outras obrigações	24	10.646	1.521	62.116	2.436				
		<b>408.787</b>	<b>506.020</b>	<b>548.996</b>	<b>514.529</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>									
Capital social	27	218.062	212.801	218.062	212.801				
Reserva de capital	27	643.634	641.951	643.634	641.951				
Ações em tesouraria	27	(13.250)	-	(13.250)	-				
Prejuízos acumulados	27	(55.051)	(87.241)	(55.051)	(87.241)				
Total de participação dos controladores		<b>793.395</b>	<b>767.511</b>	<b>793.395</b>	<b>767.511</b>				
Participação de não controladores		-	-	160.591	-				
		<b>793.395</b>	<b>767.511</b>	<b>953.986</b>	<b>767.511</b>				
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.588.074</b>	<b>1.542.661</b>	<b>2.058.034</b>	<b>1.629.116</b>				

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2020	Controladora		Consolidado		Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021					
Captação de recursos da Oferta Pública de Ações	39.304	-	-	660.896					
Aumento de Capital Social	12.027	-	-	-					
(-) Custos de Emissão de Ações	-	-	(27.508)	-					
Prejuízo do exercício	-	-	-	(11.479)					
Plano de opções de compra de ações	-	-	-	2.554					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>212.801</b>	<b>-</b>	<b>(27.508)</b>	<b>663.819</b>	<b>767.511</b>	<b>-</b>	<b>767.511</b>	<b>767.511</b>	<b>767.511</b>
Aumento de capital social	5.261	-	-	-	5.261	-	-	5.261	-
Compra de ações em tesouraria	-	(15.775)	-	-	(15.775)	-	-	(15.775)	-
Resultado do exercício	-	-	-	32.190	32.190	19.220	-	51.410	-
Plano de opções de compra de ações	-	2.525	-	1.683	4.208	-	-	4.208	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	141.371	-	-	141.371	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>218.062</b>	<b>(13.250)</b>	<b>(27.508)</b>	<b>663.819</b>	<b>793.395</b>	<b>160.591</b>	<b>767.511</b>	<b>953.986</b>	<b>767.511</b>

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Lucro líquido (prejuízo) antes dos tributos	Controladora		Consolidado		Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021					
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos tributos ao caixa operacional	18.700	(30.579)	45.337	(16.295)					
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	16, 18 e 19	86.690	44.894	100.834	44.968				
Juros incorridos sobre aquisição de controladas		3.665	2.371	9.635	2.371				
Provisão para demandas judiciais		654	2.072	716	2.831				
Provisão para perdas de crédito esperadas	7 e 28	(77)	410	(97)	603				
Perdas efetivas em créditos	13, 14 e 26	878	547	2.439	1.425				
Depreciação e amortização	15 e 16	50.733	47.777	117.253	72.270				
Equivalência patrimonial	13	(94.291)	(28.168)	-	-				
Baixa de ativos imobilizado e intangível	14 e 15	6.980	14	9.219	300				
Ganhos com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos	33	(8.880)	-	(8.880)	-				
Provisão participação dos empregados nos lucros		4.257	4.121	15.383	9.465				
Plano de opção de ações		4.208	2.554	4.208	2.554				
Prêmio de emissão de debêntures		1.563	1.562	1.938	1.562				
		<b>75.080</b>	<b>47.575</b>	<b>297.985</b>	<b>122.054</b>				
<b>Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais</b>		<b>(1.656)</b>	<b>(43.626)</b>	<b>(43.058)</b>	<b>(52.959)</b>				
Contas a receber		(2.125)	2.714	10.148	(10.970)				
Tributos a recuperar		(2.304)	1.384	(1.399)	2.827				
Depósitos judiciais		196	(493)	410	(595)				



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMODIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

continuação

tal forma que mantenha a eficiência operacional e os custos e despesas estejam em linha com o volume de negócio e as previsões orçamentárias. A Companhia vem permanentemente monitorando este cenário e mantém um plano de ajuste dinâmico, adaptável conforme a evolução do cenário econômico. **3. Políticas contábeis:** **3.1. Combinação de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição. Para cada combinação de negócio, a aquisição deve mensurar a participação de não controladores na aquisição pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar os acordos em termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirenta, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, atribuído a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirenta ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.2. Informações por segmentos:** Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras segmentadas estão disponíveis e são avaliadas pelo tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços veiculação de publicidade, tendo em vista que: (i) Todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em informações consolidadas; (ii) O objetivo principal da Companhia e de suas controladas é de prover seus clientes, os serviços de veiculação de publicidade em espaços publicitários; e (iii) Todas as decisões estratégicas, financeiras, operacionais, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. **3.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBCTG 9 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). **3.4. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (contando-se definido no pronunciamento técnico CPC 03 (FZ) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e meios e usos para liquidação de passivos fiscais - ocorrendo a venda durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.5. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado ativo, o mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuarão em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo. • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos; • Nível 2 - informações de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. O envolvimento de avaliadores externos é considerado uma política contábil, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação pela Comissão. Os profissionais de seleção, seleção e reconhecimento de meios e usos para a verificação e as normas profissionais são cumpridas. A Companhia após discussão com os avaliadores externos, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável. **3.6. Reconhecimento da receita:** Receita de contrato com cliente - veiculação de publicidade: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando ocorre a efetiva transferência de controle do serviço prestado, ou seja, quando a veiculação do serviço de publicidade é efetuada aos clientes por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia e suas controladas aplicam o método custo, que é o principal em seus contratos de receita. As divulgações de julgamentos, estimativas, premissas contábeis significativas relacionadas à receita de contrato com cliente são apresentadas na Nota 4 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e não é reconhecida com base no período de veiculação da mensagem, suportado por documento firmado entre as partes, quando aplicável. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.7. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social - *correntes*: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido, quando aplicáveis. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e elabora provisões quando apropriado. **Tributos diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais e as bases contábeis. Passivos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo contábil); e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado quando aplicáveis. Itens de tributos diferidos são reconhecidos em uma transação que origina o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. A Companhia reconhece passivos diferidos sobre benefício da amortização fiscal de ágios (goodwill) considerando que na hipótese de baixa do ágio por *impairment* existia uma provisão associada a despesa indutível desse *impairment* para a reconexão da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social. **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentadas líquidas da receita de vendas na demonstração do resultado. Conforme legislação fiscal, as alíquotas de tributos sobre ativos e passivos são: • Contribuição para o Financiamento Social (COPIN) - 7,5%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%; • Estes impostos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. **3.8. Distribuição de lucros e dividendos:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **3.9. Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Grupo do ativo imobilizado	% a.a.
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Painéis	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Beneficiários em imóveis de terceiros	5 a 10
Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o comprador obtém controle) ou quando o benefício econômico futuro do mesmo não é mais realizável. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. <b>3.10. Ativos intangíveis:</b> Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o ganho é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo em fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determiná-la e esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda por reconhecimento de um ativo intangível com vida útil indefinida é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. <b>3.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:</b> Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) <b>Ativos financeiros:</b> <i>Reconhecimento inicial e mensuração:</i> Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros.	

Com exceção das contas a receber de clientes que não continham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tinha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não continham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tinha aplicado o expediente prático, conforme detalhado na Nota 3.6 - Receita de contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxo de caixa que incluam pagamentos de juros são classificados como passivos financeiros a serem mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida):** • **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** (instrumentos patrimoniais); • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** (instrumentos patrimoniais); e • **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes. *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida):* Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):* No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destas proventos à título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo financeiro pelo ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluíram fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam identificadas nos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos futuros que afetam a avaliação de risco. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. *Desreconhecimento:* O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os fluxos de caixa esperados. Quando o Grupo não reconhece um passivo financeiro, ele reconhece um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;** e • **Passivos financeiros ao custo amortizado.** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados ao reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos e debêntures):* Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Na ausência de transações observáveis e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado envolvendo ativos semelhantes vendidos a preços justos pelo Grupo. Na ausência de transações observáveis, o preço de venda estimado, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dos preços de venda são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuirão. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao longo do ágio este relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **3.13. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a riscos insignificantes de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.14. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais. A Companhia possui contratos de repasse com determinados parceiros de negócios com intuito de remunerar com uma contrapartida mensal mínima ou variável, pela utilização dos espaços decorrentes da exploração dos serviços de veiculação de publicidade. Determinadas agências de publicidade propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes, possuem contratos de bonificação de acordo com o volume de vendas atingido. Anualmente, a Companhia realiza uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento da faixa atingida. **3.15. Provisões:** *Legal:* Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. *Oscilante:* Para ações da Companhia e suas controladas são feitas pro-cessos de diversos processos judiciais e administrativos referentes a riscos tributários, civis e trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais há evidência de uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:* Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões certas (CPC 25) ou o valor mínimo de reconhecimento de uma perda de acordo com a política contábil de provisões certas (CPC 25) ou o valor mínimo de reconhecimento de uma perda de acordo com a política contábil de provisões certas (CPC 25). **3.16. Tratamento envolvendo pagamento baseado em ações:** Funcionários do Grupo recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza um método de avaliação apropriado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios e empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa a acumular reconhecida

para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfetivas é avaliada como parte do melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não dependam da realização de serviço a elas associadas, são consideradas condições de não aquisição de mercado. Condições de não aquisição de direitos são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direitos, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direitos ser satisfetivas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfetivas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfetivas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, quaisquer benefícios remanescentes do valor justo da outorga são reconhecidos como despesa imediatamente por meio do resultado. **3.17. Conversão de moeda estrangeira:** a) *Moeda funcional e moeda de apresentação:* Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. b) *Transações e saldos:* As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro".

**3.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são avaliados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerarmos a relevância em relação às demonstrações financeiras totais em conjunto. Para fins de registro e determinação de efetividade, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste, com exceção aos ajustes a valor presente de arrendamentos financeiros. **3.19. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Grupo como arrendatário:** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento a ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos sub-locados. Ativos de direito de uso do Grupo reconhecidos sob o modelo de custo de aquisição incluem arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos direitos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo de arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. *Passivo de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (exceto pagamentos variáveis de arrendamento) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração no índice de uso do ativo subjacente (por exemplo, mudança no prazo de arrendamento ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não continham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.20. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3.21. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2022:** Alterações no CPC 2.27. *Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido:* A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo do ativo imobilizado as despesas de manutenção até a data de início do uso do ativo para o qual a condição necessária para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, o Grupo aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia *que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso* ou depois do início do período mais antigo apresentado. **3.22. Normas emitas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a atualizar as regras para classificar passivos como circulantes ou não circulantes, para as alterações esclarecer: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclareceram a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclareceram como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para os períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente a todas as estimativas contábeis que ocorrerem em, ou antes do início desse período. Adoção anterior é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMIDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**★ continuação**

O acervo patrimonial das empresas Aki Midia e NoAlvo, conforme balanço de 30 de setembro de 2022, composto por ativos e passivos, incorporado pela empresa Elemidia, estão assim resumidos:

	Aki Midia	NoAlvo	Total
Valor dos Ativos	1.133	3.873	5.006
Valor dos Passivos	8	2.892	2.900
<b>Total do Acervo líquido</b>	<b>1.125</b>	<b>981</b>	<b>2.106</b>

O valor patrimonial do acervo líquido contábil das companhias Aki Midia e NoAlvo no montante de R\$ 2.106, para fins de incorporação, foram avaliados por uma empresa especializada na data-base de 30 de setembro de 2022 que emitiu laudo datado de 11 de outubro de 2022. Os saldos de investimento e de valores a receber e a pagar da Akimidia e NoAlvo junto à sua controladora Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. foram eliminados no processo de incorporação. **Combinações de negócios em 2022: MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. ("Moohb"):** Em 03 de janeiro de 2022, a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A., subsidiária da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 95% do capital social da MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. (atualmente denominada Eletromidia CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda.) Abaixo a composição do valor a pagar aos vendedores:

	Moohb
(-) <b>Contraprestação transferida</b>	<b>38.000</b>
(-) Pagamento à vista	(33.000)
(-) Ajuste do preço	(651)
<b>(-) Saldo a pagar incluído em contas a pagar por aquisição de controladas</b>	<b>4.349</b>

**Impacto da aquisição nos fluxos de caixa das atividades de investimento**

Pagamento à vista	<b>(33.000)</b>
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	<b>250</b>
<b>(-) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido</b>	<b>(32.500)</b>

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos, foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demanda a conclusão das análises pela adquirente, que será concluído em até 12 meses da data de aquisição, conforme permitido pela norma contábil. No período findo em 30 de junho de 2022, foi mensurado um ajuste de preço de RS651 referente ao acompanhamento de níveis de capital de giro da adquirida conforme condições previamente pactuadas no contrato de Compra e Venda de ações.

**Aquisição Moohb**

	95%
<b>Participação adquirida</b>	<b>95%</b>
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	250
Contas a receber de clientes	753
Adiantamentos	647
Outros ativos	2.500
Abrigos Concessão	4.476
Intangível	1.074
Mais-valia do intangível - Contrato de concessão (*)	32.962
Opção de compra	1.958
<b>Total dos ativos assumidos</b>	<b>44.620</b>
<b>Passivo</b>	
Fornecedores	63
Obrigações tributárias	1.426
Outros passivos	3.816
Outros impostos	5.305
<b>Total dos passivos assumidos</b>	<b>10.610</b>
Patrimônio líquido não controladores	1.966
<b>Acervo líquido</b>	<b>37.349</b>
<b>Total da contraprestação</b>	<b>37.349</b>

Em 30 de março de 2022, a controlada direta Elemidia realizou aumento de capital na MOOHB, elevando a sua participação para 99% do capital social. O Contrato de aquisição de participação previa opção de compra pela adquirente. Em 30 de junho de 2022 a adquirente exerceu o direito e a participação passou dos 99% para 100% do capital social. Desde a data de aquisição até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a MOOHB contribuiu com uma receita líquida de R\$7.853 e com lucro líquido de R\$2.869 para o resultado consolidado. O intangível identificado foi avaliado com vida útil definida:

	Vida útil (anos)
(*) <b>Intangível identificado</b>	<b>16,5</b>

Contrato de concessão	16,5
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. ("Ótima"): Em 04 de abril de 2022, a Publicbanca Brasil S.A., subsidiária da Companhia, concluiu a aquisição de 74,65% do capital social da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. ("Ótima"), conforme contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 23 de julho de 2021. Abaixo a composição do valor a pagar aos vendedores:	
<b>Ótima</b>	
(-) <b>Contraprestação transferida</b>	<b>415.927</b>
(-) Pagamento à vista	(356.954)
(-) Ajuste do preço	(832)
<b>(-) Saldo a pagar incluído em contas a pagar por aquisição de controladas</b>	<b>59.805</b>

**Impacto da aquisição nos fluxos de caixa das atividades de investimento**

Pagamento à vista	<b>(356.954)</b>
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	<b>33.612</b>
<b>(-) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido</b>	<b>(323.342)</b>

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos, foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demanda a conclusão das análises pela adquirente, que será concluído em até 12 meses da data de aquisição, conforme permitido pela norma contábil.

**Aquisição Ótima**

	74,65%
<b>Participação adquirida</b>	<b>74,65%</b>
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	33.612
Contas a receber de clientes	25.336
Tributos a recuperar	35.085
Outros ativos	1.959
Opção de compra	7.409
Direito de uso	794
Imobilizado (i)	1.580
Intangível (i)	140.419
Mais-valia Intangível - Contrato de concessão	534.692
<b>Total dos ativos assumidos</b>	<b>780.886</b>
<b>Passivo</b>	
Empréstimos e Financiamentos	130.855
Arrendamentos e Mútuos	54.376
Obrigações trabalhistas e sociais	10.588
Obrigações tributárias	18.767
Adiantamentos	6.657
Outros passivos	2.474
<b>Total dos passivos assumidos</b>	<b>223.717</b>
<b>Total dos ativos e passivos adquiridos, líquido</b>	<b>557.169</b>
Participação de não controladores	141.242
<b>Total da contraprestação</b>	<b>415.927</b>

(i) Saldo composto substancialmente pelas rubricas Abrigos e Outorgas, conforme apresentadas as Notas 14 - Imobilizado e 15 - Intangível. O intangível identificado foi avaliado com vida útil definida:

	Vida útil (anos)
(*) <b>Intangível identificado</b>	<b>15,7</b>

Contrato de concessão  
**Constituição de controlada:** Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.: Em 22 de fevereiro de 2022, a Companhia constituiu a Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., uma sociedade por ações e detém 97% do seu capital social. Suas principais atividades serão a exploração da concessão comum da prestação dos serviços públicos de remoção, remanejamento, fornecimento, instalação e manutenção de abrigos de ônibus e fornecimento, instalação e manutenção de câmeras de monitoramento no Município de Porto Alegre, com a exclusividade na exploração comercial dos espaços publicitários desses equipamentos, pelo prazo de 20 anos. Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.: Em 23 de agosto de 2022, a Companhia constituiu a Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A., uma sociedade por ações e detém 100% do seu capital social. Suas principais atividades serão o fornecimento, instalação e manutenção de 108 relógios eletrônicos digitais, de suas respectivas câmeras de monitoramento, e a consequente exploração comercial de até 216 faces publicitárias no Município de Recife, com a exclusividade na exploração comercial dos espaços publicitários desses equipamentos, pelo prazo de 20 anos. **Adesão ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos ("PERSE"):** O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos ("PERSE"), foi instituído pela Lei nº 14.148 de 04 de maio de 2021 e estabelece ações emergenciais destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento ou de quarentena realizadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19. O programa tem como objetivo criar condições para que o setor de eventos possa mitigar as perdas oriundas da pandemia. Em 18 de março de 2022, foi publicada a promulgação dos vetos à Lei nº 14.148/2021, derrubados pelo Congresso Nacional, com isso a Companhia amparada pela Lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia, informa que ficam reduzidas a zero (0%), pelo prazo de 60 meses, as alíquotas de IPI, ICMS, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas das atividades abrangidas pelo benefício da referida Lei. **Combinações de negócios em 2021: NoAlvo Serviços de Intermediação e Comunicação S.A. ("NoAlvo"):** Em 04 de outubro de 2021, a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A., subsidiária da Companhia, celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 100% das ações da NoAlvo Serviços de Intermediação e Comunicação S.A. As diretorias da Companhia e da Elemidia foram autorizadas a tomar todas as medidas e executar todos os atos necessários para a implementação e fechamento da operação nesta data. O preço total a ser pago aos acionistas da NoAlvo é de R\$10.091, sendo R\$4.506 pago à vista e R\$5.585 a prazo. A NoAlvo é uma atech brasileira atua no setor de mídia out-of-home ("OOH"). Fundada em 2016 a NoAlvo é provedora de uma plataforma que conta com um sistema de planejamento de campanhas, que cruza dados geolocalizados de dispositivos móveis com os pontos físicos de mídia, de forma que é possível determinar os endereços para se anunciar considerando um determinado público-alvo, proporcionando dados e métricas para os anunciantes. Abaixo a composição do valor a pagar aos vendedores:

(-) <b>Contraprestação transferida</b>	<b>10.091</b>
(-) Pagamento à vista	(4.506)
<b>(-) Saldo a pagar incluído em contas a pagar por aquisição de controladas</b>	<b>5.585</b>

**Impacto da aquisição nos fluxos de caixa das atividades de investimento**

Pagamento à vista	<b>(4.506)</b>
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	<b>49</b>
<b>(-) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido</b>	<b>(4.457)</b>

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demanda a conclusão das análises pela adquirente, que será concluído em até 12 meses da data de aquisição, conforme permitido pela norma contábil.

**Aquisição NoAlvo**

	100%
<b>Participação adquirida</b>	<b>100%</b>
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	49
Contas a receber de clientes	1.178
Impostos a recuperar	5
Outros ativos	77
Intangível	3.227
<b>Total dos ativos assumidos</b>	<b>4.536</b>
<b>Passivo</b>	
Fornecedores	922
Outros passivos	1.557
Provisão para demandas judiciais	386
<b>Total dos passivos assumidos</b>	<b>2.865</b>
<b>Acervo líquido</b>	<b>1.671</b>
Ágio gerado na transação	<b>8.420</b>
<b>Total da contraprestação</b>	<b>10.091</b>

Os intangíveis identificados foram avaliados com vida útil definida:

	Vida útil (anos)
(*) <b>Intangíveis identificados</b>	<b>2,2</b>

Marca  
Softwares desenvolvidos internamente  
O ágio pago de R\$8.420 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias de operações da aquisição que não pôde ser reconhecida separadamente. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela NoAlvo, a partir de outubro de 2021, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 04 de outubro de 2021. Desde a data de aquisição, a NoAlvo contribuiu com uma receita líquida de R\$ 464 e lucro líquido de R\$284 para o resultado consolidado. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a NoAlvo teria contribuído com uma receita líquida de R\$3.281 e com prejuízo de R\$422.

**6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Caixa e bancos	3.354	2.316
Aplicações financeiras	62.141	527.926
	130.940	568.257
	65.495	530.242
	168.821	580.182

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, onde a taxa média é de 101,48% da CDI, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **7. Contas a receber:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Contas a receber faturado	73.203	69.742
	177.918	117.590

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Contas a receber a faturar	6.708	9.391
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(432)	(609)
	79.479	78.624
	196.320	129.515

A Companhia e suas controladas estão enviando esforços contínuos de redução nas Contas a receber a partir no intuito de possibilitar o efetivo faturamento e manutenção dos recebíveis e prazos médios de recebimento. A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
A vencer	47.057	53.626
Vencidos de 01 a 30 dias	21.010	15.605
Vencidos de 31 a 60 dias	4.455	4.025
Vencidos de 61 a 90 dias	843	2.281
Vencidos de 91 a 180 dias	4.973	2.987
Vencidos de 181 dias a 360 dias	1.298	307
Vencidos acima de 360 dias	275	302
	79.911	79.133
	197.349	130.348

A Administração entende que o valores vencidos acima de 180 dias são recuperáveis, pois a inadimplência histórica é baixa quando analisado o total das contas a receber e historicamente não há incidências de não pagamento relevantes de seus clientes. A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(99)	(230)
Constituição de provisão	(410)	(603)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(509)	(833)
Reversão de provisão	77	97
Combinação de negócios	(432)	(1.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(432)	(1.029)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas estatísticas de perdas históricas sobre as contas a receber de clientes. A Companhia realiza a baixa efetiva dos títulos vencidos acima de 12 meses para clientes privados e 24 meses para clientes governos. **8. Adiantamentos:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Adiantamentos a empregados	221	181
Adiantamentos a fornecedores (i)	15.278	13.014
Outros	—	—
<b>Total</b>	<b>15.499</b>	<b>13.195</b>
Circulante	7.699	3.053
Não circulante	7.800	10.142

(i) Refere-se a antecipação de pagamento a parceiro para desenvolvimento de projeto de mídia "out of home" (RS11.300), além de adiantamento realizado junto a parceiro do seguimento de trilhos (RS3.200), ambos na cidade do Rio de Janeiro, e com previsão de amortização no decorrer dos exercícios de 2023 e 2024.

**9. Tributos a recuperar:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Imposto de renda (i)	6.756	3.318
Contribuição social	373	608
COFINS (ii)	477	1.307
PIS (ii)	67	315
Outros impostos	7.673	5.548
	15.610	23.031

(i) Composto substancialmente por imposto retido sobre aplicações financeiras e serviços de terceiros. (ii) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre valores aquisições de ativos imobilizados e insumos.

**10. Despesas pagas antecipadamente:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Prêmios de seguros	1.173	921
Remunerações e benefícios	2.634	—
Outras despesas antecipadas (i)	851	574
Total	4.658	1.495
Circulante	4.292	1.032
Não circulante	366	463

(i) Composto por gastos antecipados ao Metro Rio referente ao projeto "Naming Rights" da estação Botafogo no Rio de Janeiro, com vigência até 2023. **11. Aplicações financeiras restritas:** Em 2020, a Companhia, concluiu contrato de compra e venda da Elemidia, destruiu valores de aplicação financeira restritas ("Escrow Accounts") que estão vinculadas à contraprestação contingente registrada na rubrica de valores devidos por aquisição de participação. Conforme contrato a Companhia não poderá descontar, compensar ou reter os valores desta conta. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$29.966 (R\$32.129 em 31 de dezembro de 2021). **12. Depósitos judiciais:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Depósitos judiciais trabalhistas	46	98
Depósitos judiciais civis	1.065	1.065
Depósitos judiciais tributários	1.359	1.503
Outros depósitos	—	—
<b>Total</b>	<b>2.470</b>	<b>2.666</b>

**13. Investimentos:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	100%	100%
Publicbanca Brasil S.A.	100%	100%
TV Minuto S.A.	100%	100%
Eletromidia POA Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.	97%	—
Eletromidia REC Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.	100%	—
Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda.	100%	—
Eletromidia Concessões e Participações Societárias Ltda.	100%	—
Ágio e mais-valia (a)	—	446.602
<b>Total</b>	<b>1.080.314</b>	<b>622.594</b>

(a) A composição dos valores do Ágio e mais valia é apresentada conforme segue:

	Controladora (Investimento)	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	366.394	366.394
TV Minuto S.A.	625	625
Publicbanca Brasil S.A.	2.805	2.805

	Controladora	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Móveis Painéis	Equipamentos Informática	Veículos	Beneficentários imóveis de terceiros	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>19.338</b>	<b>20.769</b>	<b>789</b>	<b>25.370</b>	<b>4.856</b>	<b>90</b>	<b>15.498</b>	<b>360</b>	<b>3.675</b>	<b>90.745</b>
Adições	7.357	18	79	1.615	364	—	4.847	—	28.793	43.073
Baixas	(2.172)	—	—	(6)	(4)	—	(8)	—	(17)	(2.197)
Transferências	7.984	436	55	1.632	106	—	251	—	(10.464)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>34.679</b>	<b>21.223</b>	<b>923</b>	<b>28.617</b>	<b>5.321</b>	<b>90</b>	<b>20.592</b>	<b>360</b>	<b>21.996</b>	<b>133.801</b>
Ad										



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMIDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

\* continuação

	Consolidado (Intangível)		31/12/2022		31/12/2021	
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	366.394	366.394				
TV Minuto S.A.	625	625				
Publiança Brasil S.A.	2.805	2.805				
Naparama Locação de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda.	52.632	52.632				
DMS Publicidade Mídia Interativa S.A.	10.047	10.047				
NoAlvo Serv. De Intermediação e Comunicação S.A.	8.469	8.421				
<b>Aglo</b>	<b>440.372</b>	<b>440.324</b>				
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	11.455	28.241				
Publiança Brasil S.A.	—	328				
TV Minuto S.A.	2.644	3.318				
NoAlvo Serv. De Intermediação e Comunicação S.A.	2.855	2.855				
MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda.	30.964	—				
Olina Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	508.123	—				
<b>Mais-Vália</b>	<b>554.531</b>	<b>34.742</b>				
<b>Total ágio e mais-vália</b>	<b>995.503</b>	<b>475.666</b>				
<b>16. Direito de uso em arrendamentos e passivo de arrendamento: Movimentação de Direito de uso por arrendamentos:</b>						
	<b>Controladora</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Total</b>		
<b>Custo</b>						
Em 31 de dezembro de 2020		1.473	93	1.566		
Adição		1.610	—	1.610		
Em 31 de dezembro de 2021		3.083	93	3.176		
Adição		634	—	634		
Baixas		(1.061)	(51)	(1.112)		
Em 31 de dezembro de 2022		2.656	42	2.698		
<b>Depreciação</b>						
Em 31 de dezembro de 2020		(779)	(54)	(833)		
Adição		(567)	(16)	(583)		
Em 31 de dezembro de 2021		(1.346)	(70)	(1.416)		
Adição		(1.082)	(6)	(1.088)		
Baixas		1.061	51	1.112		
Outros		3	—	3		
Em 31 de dezembro de 2022		(1.364)	(25)	(1.389)		
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2020		1.292	17	1.309		
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2021		1.737	23	1.760		
<b>Consolidado</b>		<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Total</b>		
<b>Custo</b>						
Em 31 de dezembro de 2020		8.242	—	8.242		
Adição		2.601	93	2.694		
Em 31 de dezembro de 2021		10.843	93	10.936		
Adição		8.116	—	8.116		
Baixas		(1.229)	(51)	(1.280)		
Ajuste por remensuração		1.449	—	1.449		
Em 31 de dezembro de 2022		19.179	42	19.221		
<b>Depreciação</b>						
Em 31 de dezembro de 2020		(3.040)	(54)	(3.094)		
Adição		(3.529)	(16)	(3.545)		
Em 31 de dezembro de 2021		(6.569)	(70)	(6.639)		
Adição		(4.557)	(6)	(4.563)		
Baixas		1.229	51	1.280		
Outros		4	—	4		
Em 31 de dezembro de 2022		(9.893)	(25)	(9.918)		
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2020		9.286	17	9.303		
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2021		4.274	23	4.297		
<b>Passivo de arrendamento:</b>						
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>				
<b>Encargos financeiros</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>		
Passivo de arrendamento	1.377	1.820	9.552	4.544		
CDI + 2,70%	—	—	—	—		
Total	1.377	1.820	9.552	4.544		
Circulante	812	1.040	2.996	2.964		
Não circulante	565	780	6.556	1.580		
<b>Cronograma de vencimentos</b>						
Vencimento 12 meses	812	1.040	2.996	2.964		
Vencimento 13 a 24 meses	282	636	1.615	1.436		
Vencimento 25 a 36 meses	173	139	1.718	139		
Vencimento 37 a 48 meses	110	5	1.903	5		
Vencimento 49 a 60 meses	—	—	1.320	—		
Total	1.377	1.820	9.552	4.544		
<b>Movimentação do passivo de arrendamento:</b>						
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2020		820	5.745			
(+) Adição		1.610	2.602			
(+) Ajuste a valor presente		84	115			
(-) Amortizações de principal		(694)	(3.918)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.820	4.544			
(+) Adição		634	8.116			
(+) Ajuste a valor presente		177	642			
(-) Amortizações de principal		(1.254)	(5.041)			
(+) Ajustes por remensuração		—	1.449			
(-) Outros		—	(158)			
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.377	9.552			
A Companhia não utilizou o benefício concedido em contrato de arrendamento referente à alteração nos pagamentos do arrendamento, conforme deliberação da CVM 859/20. 17. Fornecedores:						
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>				
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>		
Fornecedores	18.144	12.944	30.903	18.759		
Repasses & Bonificações por Volume (i)	30.821	52.701	101.416	84.472		
Outros	1.104	1.248	2.534	1.604		
	50.069	66.893	134.853	104.835		
(j) A Companhia possui contratos de repasse com determinados parceiros de negócios com intuito de remunerar com uma contrapartida mensal mínima ou variável, pela utilização dos espaços decorrente da exploração dos serviços de veiculação de publicidade. Adicionalmente, determinadas agências de publicidade e propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes, possuem contratos de bonificação de acordo com o volume de vendas atingido. Anualmente, a Companhia realiza uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento da faixa atingida.						
<b>18. Debêntures: Controladora e Consolidado:</b>						
	<b>Instituição financeira</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Taxa de juros anual</b>	<b>Controladora/Consolidado</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Bradesco, Banco do Brasil e Santander	20/03/2026	CDI + 2,70%	477.489	603.943		
Total			477.489	603.943		
Circulante			151.005	147.022		
Não circulante			326.484	456.921		
<b>Cronograma de vencimentos</b>						
Vencimento 12 meses			151.005	147.022		
Vencimento 13 a 24 meses			130.437	130.440		
Vencimento 25 a 36 meses			130.437	130.440		
Vencimento 37 a 48 meses			65.610	130.440		
Vencimento 49 a 60 meses			—	65.601		
Total			477.489	603.943		
A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:						
	<b>Controladora/Consolidado</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021			603.943			
(-) Provisão de juros			77.006			
(-) Amortizações de principal			(132.000)			
(-) Amortizações de juros			(73.023)			
(-) Prêmio de emissão			1.563			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>			<b>477.489</b>			
<b>Cláusulas restritivas - Covenantes financeiras e não financeiras:</b> As Debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizado por descumprimento de <i>covenantos</i> ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários. A Companhia deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00x referentes aos exercícios fiscais a se encerrar a partir de 31 de dezembro de 2022 (inclusive), com base nos indicadores por forma, sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses. No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A insolvência do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o <i>walver</i> isentando o não cumprimento via AGD (Assembleia Geral de Debenturistas). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima. Sendo assim, para 31 de dezembro de 2022 e 2021 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.						
<b>19. Empréstimos e financiamentos:</b>						
	<b>Instituição financeira</b>	<b>Linhas</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Taxa de juros anual</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
					<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
FINISA	CDC	06/2025	2,5% a.a	—	—	96.580
	Financiamento de Estudos e Projetos	12/2030	TJLP + 3,3% a.a	—	—	9.168
FINPE	Empres- timo EUR	08/2023	2,50% a.a	100.596	—	100.596
Banco do Brasil (Frankfurt)	Contá CDI + 3%	—	—	—	—	127
Banco Santander	Garantida	02/2023	0,40% a.m	—	—	206.471
Total				100.596	—	129.519
Circulante				100.596	—	—
Não circulante				—	—	76.552
<b>Cronograma de vencimentos</b>						
Vencimento 12 meses				100.596	—	129.519
Vencimento 13 a 24 meses				—	—	32.175
Vencimento 25 a 36 meses				—	—	37.896
Vencimento 37 a 48 meses				—	—	1.296
Vencimento 49 a 60 meses				—	—	5.185
Total				100.596	—	206.471
Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento:						
	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Arrendamento</b>	<b>Debêntures</b>	<b>Total</b>		
Saldo em 1° de janeiro de 2021	2.535	5.745	660.184	668.464		
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Amortização de principal	(2.532)	(3.918)	(66.000)	(72.450)		
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(2.532)	(3.918)	(66.000)	(72.450)		
Outras variações						
Arrendamento		2.602	—	2.602		
Provisão de juros		80	115	44.773	44.968	
Pagamento de juros		(83)	—	(36.576)	(36.659)	
Custo de transação		—	—	1.562	1.562	
Total de outras variações		(3)	2.717	9.759	12.473	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		4.544	603.943	608.487		
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Captação		101.289	—	101.289		
Amortização de principal		(35.634)	(5.041)	(132.000)	(172.675)	
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		65.655	(5.041)	(132.000)	(71.386)	
Outras variações						
Arrendamento		8.116	—	8.116		
Provisão de juros e variação cambial		22.838	642	77.006	91.326	
Pagamento de juros		(13.250)	—	(73.023)	(86.273)	
Custo de transação		374	—	1.563	1.937	
Combinação de negócios		130.854	—	—	130.854	
Ajustes por remensuração		—	1.449	—	1.449	
Outros		—	(158)	—	(158)	
Total de outras variações		140.816	10.049	5.546	147.251	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		206.471	9.552	477.489	684.352	
As principais garantias ( <i>covenantos</i> ) que a controladora indireta Olina está sujeita referente ao contrato de financiamento FINISA são: (i) Manter em todo o período de amortização o Índice de Cobertura do Serviço da Divi-						

da - ICSD igual ou superior a 1,3 anualmente a partir de 31 de dezembro de 2022; (iii) Manter depósitos bancários vinculados para fazer face ao serviço da dívida para os próximos 6 meses; (iii) Cessão de direitos creditórios de seus recebíveis em garantia para a instituição financeira; (iv) e Cessão fiduciária dos direitos de crédito, atuais e futuros, provenientes das contas bancárias abertas e mantidas em nome do cedente nos termos do contrato de administração de contas, incluindo a conta de pagamento e a reserva. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários. Sendo assim, para 31 de dezembro de 2022 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos. 20. Obrigações trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	1.525	—	2.273	—
Oncargos sobre folha	1.283	935	2.181	1.402
Provisão de férias e encargos	5.396	3.550	9.161	6.040
Participação nos lucros	7.799	4.701	19.584	10.462
IRRF empregados	1.416	943	2.012	1.433
Outras obrigações trabalhistas	12	207	71	216
Total	15.906	11.861	33.009	21.216

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ISS a recolher	1.035	1.154	2.901	1.950
PIS a recolher	40	102	102	326
COFINS a recolher	226	176	495	1.551
Parcelamentos de impostos	3.800	4.578	9.632	10.8



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMIDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

pelos nossos auditores independentes. **33. Gestão de risco financeiro:** A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Gestão de capital. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. **Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais. As operações da Companhia estão relacionadas à locação de bens móveis e espaços para a colocação de produtos eletrônicos, principalmente painéis eletrônicos para a divulgação informatizada de publicidade e dados de interesse público ou particular, e a carteira de clientes, além de diversificada, é constantemente monitorada com o objetivo de reduzir perdas por inadimplência. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável e registra sua estimativa de perdas esperadas em relação às contas a receber de clientes e outros créditos. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A Companhia monitora sua carteira de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente. A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Companhia. **Risco de liquidez:** As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de longo prazo (60/120 meses). A diretoria da Companhia é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, onde a geração de caixa projetada tem que superar as obrigações contratadas (financiamento, adições de imobilizado, aquisições), mitigando assim o risco de liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de longo prazo, de modo a alinhá-la a geração de caixa esperada. A seguir, estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estomados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

31 de dezembro de 2022	Valor Fluxo de caixa contábil		6 meses		06-12		01-02		02-05	
	contratual	ou menos	meses	anos	meses	anos	meses	anos	meses	anos
Fornecedores	50.069	50.069	20.028	30.041	—	—	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	100.596	100.596	—	100.596	—	—	—	—	—	—
Debitantes	477.489	477.489	87.963	63.042	260.874	65.610	—	—	—	—
Passivo de arrendamento	1.377	1.377	989	414	455	110	—	—	—	—
	629.531	629.531	108.389	194.093	261.329	65.720	—	—	—	—

31 de dezembro de 2021	Valor Fluxo de caixa contábil		6 meses		06-12		01-02		02-05	
	contratual	ou menos	meses	anos	meses	anos	meses	anos	meses	anos
Fornecedores	66.893	66.893	28.525	38.368	—	—	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Debitantes	603.943	603.943	81.803	65.219	260.874	196.047	—	—	—	—
Passivo de arrendamento	1.820	1.820	520	520	636	144	—	—	—	—
	672.656	672.656	110.848	104.107	261.510	196.191	—	—	—	—

31 de dezembro de 2022	Valor contábil		Fluxo de caixa		6 meses		06-12		01-02		02-05	
	contratual	ou menos	meses	anos	meses	anos	meses	anos	meses	anos	meses	anos
Fornecedores	134.853	134.853	53.941	80.912	—	—	—	—	—	—	—	
Empréstimos e financiamentos	206.471	206.471	14.984	114.935	70.070	61.481	—	—	—	—	—	
Debitantes	477.489	477.489	87.963	63.042	260.874	65.610	—	—	—	—	—	
Passivo de arrendamento	9.552	9.552	1.984	1.012	3.333	3.223	—	—	—	—	—	
	828.365	828.365	158.872	259.901	334.278	75.314	—	—	—	—	—	

31 de dezembro de 2021	Valor contábil		Fluxo de caixa		6 meses		06-12		01-02		02-05	
	contratual	ou menos	meses	anos	meses	anos	meses	anos	meses	anos	meses	anos
Fornecedores	104.835	104.835	31.195	73.640	—	—	—	—	—	—	—	
Empréstimos e financiamentos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Debitantes	603.943	603.943	81.803	65.219	260.874	196.047	—	—	—	—	—	
Passivo de arrendamento	4.544	4.544	1.484	1.480	1.436	144	—	—	—	—	—	
	713.322	713.322	114.462	140.339	262.310	196.191	—	—	—	—	—	

iii) **Risco de mercado:** A Companhia possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão de caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Companhia realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações comprometidas. A gestão de caixa da companhia é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos acima descritos: • As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecimento rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco; • A Companhia deve manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress; a) **Risco cambial:** Em 26 de agosto de 2022, a Companhia celebrou um contrato de swap junto ao Banco do Brasil S.A. - Frankfurt, para proteção de uma operação de empréstimo em moeda estrangeira, nos termos da Lei nº 4.131, no montante de EUR 18.000. A taxa contratada foi de R\$ 5,8992, o que gerou uma receita financeira com ganho de derivativos, no montante de R\$8.880 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. b) **Risco de taxa de juros:**

Instrumentos financeiros de taxa juros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros	92.107	560.055	160.906	600.386
Passivos financeiros	(578.085)	(603.943)	(663.960)	(603.943)

DIRETORIA		CONTADOR	
<b>Alexandre Guerrero Martins</b> Diretor Presidente	<b>Ricardo de Almeida Winandy</b> Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	<b>Marcelo Pacheco</b> Diretor de Comercial	<b>Pedro Christovam - Controller</b> CRC: SP-270879/O-9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
<b>Rodrigo Brandão Viteza</b> - Presidente do Conselho de Administração	<b>Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga</b> - Membro do Conselho de Administração	<b>Tiago Branco Waiselfitz</b> - Membro do Conselho de Administração	<b>Luiz Felipe Costa Romero de Barros</b> - Membro Independente do Conselho de Administração
<b>Debora Mayra Feliz</b> - Membro do Conselho de Administração	<b>Fábio Inay Saad</b> - Membro do Conselho de Administração	<b>Paulo Racy Badra</b> - Membro Independente do Conselho de Administração	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Conselho de Administração, **Eletromidia S.A.**, São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletromidia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um texto e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles assuntos de auditoria tratados nos assuntos abaixo, formam a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Âgio por expectativa de rentabilidade futura:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, a Companhia é requerida a testar anualmente a recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2022, o ágio por expectativa de rentabilidade futura registrado no balanço patrimonial da Companhia era de R\$ 440.972mil, como divulgado na Nota Explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. Como nossa auditoria não inclui o teste de ágio por expectativa de rentabilidade futura, não expressamos uma opinião sobre as políticas relacionadas a constituição do ágio e análise anual de expectativa de referentes a aspectos contábeis como, bem como os controles adotados pela Companhia na identificação, avaliação, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos; (ii) obtenção das projeções de rentabilidade futura elaboradas pela diretoria da Companhia; (iii) análise da objetividade e do conhecimento dos preparadores das projeções de rentabilidade futura; (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise das premissas das projeções de rentabilidade futura determinadas pela diretoria da Companhia; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas na Nota 15, foram apropriadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura preparados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura na Nota Explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Reconhecimento de receita de prestação de serviços:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 3.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconhece suas receitas, na extensão em que as obrigações de desempenho vão sendo atendidas e os serviços são prestados aos clientes, por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. Para as receitas de prestação de serviços de publicidade a serem veiculadas,

o reconhecimento das receitas é efetuado com base no estágio de conclusão do serviço ou período de inserção da publicidade. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de prazo decorrido e contratado de veiculação das mídias, conforme definido pelo CPC 47 - Receita do Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). A complexidade envolvida na estimativa do estágio de conclusão dos serviços que é realizada de forma individual por requisição e pedido de inserção e que estão formalizados no contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à completção do reconhecimento de receitas, nos levou a considerar esse assunto um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo o exame dos respectivos contratos, pedidos de inserção e prazos de veiculação de publicidade e (ii) análise dos saldos utilizando o prazo efetivo de veiculação para identificar relações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida, além de demais movimentações que pudessem indicar inconsistências quanto à conformidade do reconhecimento da receita na competência adequada. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita de prestação de serviços de publicidade, incluindo o reconhecimento de receitas em conjunto. **Combinação de negócios:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adquiriu a Oitima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. ("Oitima") e a MOOHB CFS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. ("MOOHB"). As aquisições foram contabilizadas pela Companhia, considerando o método de aquisição e representando valores significativos nas demonstrações financeiras, incluídos na Nota Explicativa 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pelos julgamentos envolvidos na identificação e determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e a consequente alocação do preço de aquisição, além da magnitude dos montantes envolvidos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos relacionados a combinação de negócio incluíram, entre outros: (i) o entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de aquisição da Companhia; (ii) o envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas para determinação e reconhecimento do valor justo de ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio por expectativa de rentabilidade futura; (iii) realização de procedimentos de auditoria dos saldos iniciais das Empresas adquiridas na data de aquisição como parte da determinação do valor justos dos ativos e passivos assumidos; e (iv) avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia da combinação de negócio. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os procedimentos de combinação de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios e premissas utilizadas para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, adotadas pela administração da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis conforme apólice, e se a sua forma e conteúdo estão conciliados com os critérios definidos na Resolução Técnica NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicá-la aos acionistas. **Responsabilidades da diretoria e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos

**Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 instrumentos financeiros de nível 3. **Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo:** Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2022. **Caixa e equivalentes e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. CDB, debêntures e compromissadas - avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização. Para as demais aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos; quando da inexistência, foram baseados nos fluxos de caixa futuros, descontadas das taxas médias de aplicação disponíveis. **Contas a receber de terceiros e empréstimos e financiamentos:** Os saldos de financiamentos e de contas a receber de terceiros têm seus valores justos similares aos saldos contábeis. iv) **Gestão de capital:** Em virtude de as receitas da Companhia serem diretamente relacionadas à capacidade de locar os espaços de publicidade e propaganda, a Administração monitora periodicamente suas condições operacionais de modo a antecipar possíveis impactos. Para isso, a Companhia investe em inovação e geração de conteúdo dinâmico e relevante de forma a manter a atratividade de seu negócio junto aos seus clientes vis-à-vis as plataformas tradicionais de propaganda e publicidade. Não obstante, a comercialização destes espaços de publicidade e propaganda é realizada por uma equipe própria de modo a ter assegurado negociações com seus clientes que sejam alinhadas com a estratégia de marketing bem como a associação com marcas e clientes que gerem valor para a Companhia. Os riscos são revisados mensalmente pelas diretorias operacional e financeira que geram relatórios de acompanhamento. Caso sejam identificadas situações de desvio, revisões das estratégias da Companhia são submetidas para aprovação da diretoria para que sejam implantadas. A Diretoria acompanha o desempenho de seus negócios com base em um orçamento aprovado anualmente. Esse sistema permite acompanhar e validar previamente os desembolsos vis-à-vis o orçado assim como o desempenho financeiro e operacional dos investimentos, do mesmo modo que é acompanhado de perto a evolução da liquidez da Companhia com foco no curto e longo prazo. **Gestão de capital:** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alteração quanto à política da administração de capital da Companhia em relação a exercícios anteriores e a Companhia e suas subsidiárias não estão sujeitas a exigências externas impostas de Capital. Quadro demonstrativo da relação entre dívida líquida e patrimônio líquido:

Controladora	31/12/2022		31/12/2021		
	Nível	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras	2	62.141	62.141	527.926	527.926
Aplicações financeiras restritas	2	29.966	29.966	32.129	32.129
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e bancos	2	3.354	3.354	2.316	2.316
Contas a receber	2	79.479	79.479	78.624	78.624
Derivativos a receber	2	8.880	8.880	—	—
Depósitos judiciais	2	2.470	2.470	2.666	2.666
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	(50.069)	(50.069)	(66.893)	(66.893)
Valores devidos por aquisição de participação	2	(33.442)	(33.442)	(34.579)	(34.579)
Empréstimos e financiamentos	2	(100.596)	(100.596)	—	—
Debitantes	2	(477.489)	(477.489)	(603.943)	(603.943)

Consolidado	31/12/2022		31/12/2021		
	Nível	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Emprestimos e financiamentos</b>					
Debitantes		206.471	—	477.489	603.943
(-) Caixa e equivalentes de caixa		(37.881)	—	—	—
(-) Aplicações financeiras de curto prazo		(130.940)	(668.257)	—	—
Total patrimonial líquido (B)		155.139	233.761	—	—
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (A/B)		85%	33%	—	—

**34. Eventos subsequentes:** Acordo de compra e venda para aquisição de participação acionária pela Globo Comunicação e Participações S.A. Em 06 de março de 2023, a Companhia recebeu notificação enviada por (i) seus acionistas Vesuvius LBO - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Vesuvius FIP") e Alexandre Guerrero Martins ("Alexandre"), em conjunto com o Vesuvius FIP, os "Vendedores"; e (ii) por Globo Comunicação e Participações S.A. ("Comprador"), informando que celebraram em 05 de maio de 2023 um contrato de compra e venda de ações, tendo como objeto a venda de 12.000.000 de ações da Companhia detidas pelos Vendedores ao Comprador. A conclusão da operação estava sujeita, dentre outras condições, à aquisição pelo Comprador de, no mínimo, 8.997.563 ações da Companhia por meio de operações em bolsa de valores a serem realizadas até 30 dias contados da assinatura do contrato, condição essa, atendida através da aquisição de 12.075.800 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente a 8,63% das ações ordinárias. A Operação depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Concessão para instalação e manutenção de relógios de rua e abrigos de ônibus no Município de Salvador. Em 09 de janeiro de 2023, a Companhia assinou o contrato de concessão relativo ao Edital de Concorrência Pública 002/2022 ("Concorrência Pública") - lotes 1 e 2, conduzido pela Prefeitura do Município de Salvador para a instalação e manutenção de relógios eletrônicos digitais e a instalação e manutenção de abrigos de ônibus, e a consequente exploração comercial dos espaços públicos dos respectivos relógios e abrigos. A Companhia foi confirmada como empresa vencedora em 09 de setembro de 2022. A Concessão contempla no lote 1: (i) a instalação e manutenção de 200 relógios eletrônicos digitais de rua - com 400 painéis publicitários; e (ii) a instalação de 3.000 lixeiras e, no lote 2 a instalação e manutenção: (i) de 836 abrigos de ônibus - com 820 painéis publicitários; e (ii) de 200 abrigos de táxi; e (iii) 500 bicicletários. O processo licitatório para a instalação e manutenção dos relógios de rua e abrigos de ônibus, e a consequente comercialização publicitária exclusiva desses espaços públicos, serão realizados no Município de Salvador pelo prazo de 20 anos.

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, PROCESSO Nº 1030789-84/2022.8.26.0101 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Regional VIII - Itaipue, Estado de São Paulo, D(r/a): Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao LUI WALTER BERTHO FEITOSA, CPF 287.860.493-05, que foi determinada a execução de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), acrescida de juros de mora de 1% ao mês, com correção monetária de 0,5% ao mês, e honorários advocatícios de 30%, incluindo custas e honorários integrais, no prazo de 15 dias, após o depósito de R\$ 129.414,05 (dois mil e noventa e quatro reais e quarenta e**